

Omni S.A

**Demonstrações contábeis
consolidadas do conglomerado
prudencial em 30 de junho de
2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	4
Balço patrimonial - Conglomerado Prudencial	7
Demonstração do resultado - Conglomerado Prudencial	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial	10
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	11

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à apreciação de V.S^{as} as Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial, relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2016, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram distribuídos dividendos referente lucros acumulados em períodos anteriores no montante de R\$ 13 milhões (R\$ 10 milhões em 2015).

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido da Instituição ao final do semestre é R\$ 250.183 milhões (R\$ 240.217 milhões em 2015).

O lucro no semestre é R\$ 10.755 milhões e prejuízo de R\$ 7.451 milhões em 2015.

São Paulo, 19 de Janeiro de 2018.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos
Diretores da
OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (instituição líder do Conglomerado)

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução n.º 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BCB), descritos na nota explicativa n.º 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento de acordo com a Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa n.º 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da OMNI S.A., preparadas pela administração do OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações



complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da OMNI S.A., independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da OMNI S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativas n.º 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Outros assuntos

A OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, instituição líder do Conglomerado, elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2016.

São Paulo, 22 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balço patrimonial - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Circulante		1.518.530	1.469.859			1.137.005	1.204.552
Disponibilidades	4	3.529	7.915	Depósitos	13	186.244	283.325
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	84.539	255.758	Depósitos interfinanceiros		14.223	-
Aplicações no mercado aberto		78.005	196.131	Depósitos a prazo		172.021	283.325
Aplicações em depósitos interfinanceiros		6.534	59.627	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	349.426	225.534
Títulos e valores mobiliários	6	55.470	90.694	Recursos de aceites cambiais		349.426	225.534
Carteira própria		49.631	55.815	Obrigações por empréstimos e repasses	14	-	100.774
Vinculados à prestação de garantias		5.839	34.879	Debêntures		-	100.774
Instrumentos financeiros derivativos	7	272	1	Outras obrigações		601.335	594.919
Operações de crédito	8	1.121.627	927.574	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		788	733
Setor privado		1.777.427	714.271	Sociais e estatutárias		951	2.777
Operações de crédito vinculadas a cessão		482.325	374.539	Fiscais e previdenciárias		55.910	66.657
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(1.138.125)	(161.236)	Credores por antecipação de valor residual		5.684	3.700
Operações de arrendamento mercantil	9	(919)	(729)	Obrigações por cotas de fundos de investimentos		434.759	432.474
Arrendamento mercantil a receber - setor privado		3.535	3.908	Diversas	15	103.243	88.578
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(3.430)	(3.782)	Exigível a longo prazo		1.072.982	791.761
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(1.024)	(855)	Depósitos	13	350.323	225.054
Outros créditos	10	186.821	73.484	Depósitos interfinanceiros		-	45.026
Diversos		188.197	74.819	Depósitos a prazo		350.323	180.028
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(1.376)	(1.335)	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	633.069	494.056
Outros valores e bens		67.191	115.162	Recursos de aceites cambiais		633.069	494.056
Bens não destinados a uso	11a	3.748	14.473	Outras obrigações		89.590	72.651
Provisões para desvalorização	11a	(903)	(4.309)	Instrumentos de dívida elegíveis a capital		83.412	69.724
Despesas antecipadas	11b	64.346	104.998	Credores por antecipação de valor residual		6.178	2.927
Realizável a longo prazo		915.554	750.765	Resultado de exercícios futuros		2.213	908
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	4.878	5.738		18	250.183	240.217
Aplicações no mercado aberto		4.878	5.738	Capital		164.088	222.718
Títulos e valores mobiliários	6	71.828	147.473	De domiciliados no País		164.088	222.718
Carteira própria		58.341	147.404			-	-
Vinculados à prestação de garantias		13.487	69	Ajustes de avaliação patrimonial		18	17
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.410	3.290	Reserva de lucros		84.384	17.058
Operações de crédito	8	479.740	466.967	Participação de não controladores		1.693	424
Setor privado		350.319	311.013				
Operações de crédito vinculadas a cessão		183.203	191.445				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(53.782)	(35.491)				
Operações de arrendamento mercantil	9	(824)	(406)				
Arrendamento mercantil a receber - setor privado		5.028	3.092				
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(4.916)	(2.992)				
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(936)	(506)				
Outros créditos	10	314.874	97.142				
Diversos		314.874	97.142				
Outros valores e bens	11b	43.648	30.561				
Despesas antecipadas		43.648	30.561				
Permanente		28.299	16.814				
Imobilizado de arrendamento	12	25.679	13.711				
Bens arrendados		24.249	12.559				
Superveniência de depreciação		9.437	5.603				
(Depreciação acumulada)		(8.007)	(4.451)				
Imobilizado de uso		2.620	3.103				
Outras imobilizações de uso		7.689	8.014				
(Depreciação acumulada)		(5.069)	(4.911)				
Total do ativo		2.462.383	2.237.438			2.462.383	2.237.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2016	2015
Receitas da intermediação financeira		512.727	361.212
Operações de crédito	8f	481.548	322.099
Operações de arrendamento mercantil		1.355	1.423
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	16.743	31.217
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7c	13.081	6.473
Despesas da intermediação financeira		(287.217)	(226.289)
Operações de captação no mercado	13b	(170.014)	(139.555)
Despesa de obrigações por empréstimos e repasses	14b	-	(11.065)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(1.130)	(6.412)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8g	(116.073)	(69.257)
Resultado bruto da intermediação financeira		225.510	134.923
Outras receitas (despesas) operacionais		(214.979)	(150.613)
Receitas de prestação de serviços	19	52.012	41.666
Despesas de pessoal	20	(16.035)	(17.726)
Outras despesas administrativas	21	(163.254)	(132.665)
Despesas tributárias	22	(19.506)	(17.360)
Resultado de participações societárias		(1.168)	(865)
Outras receitas operacionais	23	12.156	7.279
Outras despesas operacionais	24	(79.184)	(30.942)
Resultado operacional		10.531	(15.690)
Resultado não operacional		54	(2.514)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		10.585	(18.204)
Imposto de renda e contribuição social		170	10.753
Provisão para imposto de renda		(2.958)	(2.862)
Provisão para contribuição social		(1.198)	(1.179)
Ativo fiscal diferido		4.326	14.794
Lucro líquido dos semestres		10.755	(7.451)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital	Capital à integralizar	Reserva		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Participação de não Controladores	Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	217.718	-	1.753	33.314	(9)	167	-	252.943
Ajuste de períodos anteriores	-	-	-	(558)	-	-	-	(558)
Aumento de Capital AGE	5.000	-	-	-	-	-	-	5.000
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	26	-	-	26
Distribuição de dividendos	-	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Prejuízo do semestre - controlador	-	-	-	-	-	-	(7.451)	(7.451)
Lucro do semestre - não controlador	-	-	-	-	-	257	-	257
Destinações do lucro:								
Reserva de lucros	-	-	-	(7.451)	-	-	7.451	-
Saldos em 30 de junho 2015	222.718	-	1.753	15.305	17	424	-	240.217
Saldos em 31 de dezembro de 2015	222.718	-	2.263	32.435	26	158	-	257.600
Redução de Capital AGE	(5.000)	-	-	-	-	-	-	(5.000)
Ajuste de períodos anteriores	(53.630)	-	-	51.931	-	-	-	(1.699)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	(8)	-	-	(8)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(13.000)	-	-	-	(13.000)
Lucro do semestre - controlador	-	-	-	-	-	-	10.755	10.755
Lucro do semestre - não controlador	-	-	-	-	-	1.535	-	1.535
Destinações do lucro:								
Reserva legal	-	-	538	-	-	-	(538)	-
Reserva de lucros	-	-	-	10.217	-	-	(10.217)	-
Saldos em 30 de junho de 2016	164.088	-	2.801	81.583	18	1.693	-	250.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Atividades operacionais		
Lucro/ prejuízo líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	10.585	(18.204)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	116.073	69.257
Depreciação	219	351
Provisão de passivos contingentes	2.157	402
Perda de imobilizado	19	5
Lucro de imobilizado de arrendamento	(604)	-
Perdas em outros valores e bens	956	4.690
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.156)	(4.041)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.326	14.794
Ajuste de períodos anteriores	(1.699)	(558)
Ajuste MTM de títulos e valores mobiliários	(8)	26
Superveniência de depreciação	(2.484)	(2.770)
Lucro líquido ajustado	125.384	63.952
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	102.072	(75.944)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	407	(5.572)
Títulos e valores mobiliários	64.622	13.867
Instrumentos financeiros derivativos	8.345	10.160
Operações de crédito	104.758	(112.965)
Operações de arrendamento	376	1.321
Outros créditos	(99.520)	2.397
Outros valores e bens	23.084	14.848
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	(226.435)	(51.844)
Depósitos	48.952	8.783
Recursos de aceites cambiais	68.606	64.549
Obrigações por empréstimos e repasses	(100.814)	(67.852)
Outras obrigações	(243.976)	(57.815)
Resultado de exercícios futuros	797	491
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	1.021	(58.583)
Atividades de investimento		
Imobilizado de uso	(15)	(217)
Imobilizado de arrendamento	(5.661)	1.828
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(5.676)	1.611
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(5.000)	5.000
Distribuição de dividendos	(13.000)	(10.000)
Participação de não controladores no patrimônio	1.535	257
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(16.465)	(4.743)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(21.120)	(66.968)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	109.188	328.158
No fim do semestre	88.068	261.190
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(21.120)	(66.968)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as demonstrações contábeis da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foram destacadas a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

	Atividades	30 de Junho/2016 Participação Total
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador
Omni S.A. Arrendamento Mercantil (1)	Arrendamento	100,00%
Multibens - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	100,00%
Omni - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (1)	Securitizadora	100,00%
Ourinvest Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos II	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos VIII	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos IX	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos X	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Ellie	Fundo e Investimento	100,00%
Omni Gestão e Cobrança Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%
Omni Informática Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%

- (1) Empresa consolidada proporcionalmente, em consonância com a Resolução no 2.723/00 do CMN e Instrução CVM no 247/96.

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 02 de Outubro de 2017.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro rata*” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações contábeis.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

h. Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “*hedge*”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “*hedge*”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro rata*” dia até a data do balanço.

i. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

j. Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) Não cancelamento;
- (b) opção de compra;
- (c) atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:
 - **Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
 - **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é

reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.

- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40 % da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada a débito da despesa de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

(i) *Superveniência e insuficiência de depreciação:*

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Conseqüentemente, a Instituição reconheceu no resultado do semestre de 2016 uma superveniência de depreciação no valor de R\$ 2.455 (R\$ 2.770 em 2015). O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 9.437 (R\$ 5.603 em 2015) resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 2.359 (R\$ 1.401 em 2015). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.

- Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:
- A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

k. *Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito*

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

l. Outros valores e bens

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito são apropriadas pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

m. Permanente

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

n. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

p. Empréstimos e repasses no exterior

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos de juros e da variação cambial até a data dos balanços.

q. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

r. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento

jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

s. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, o percentual utilizado de 01 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015 foi de 15%.

t. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4 Composição de caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2016	2015
No início do semestre	109.188	328.158
Disponibilidades	12.217	9.331
Aplicações no mercado aberto	94.561	294.723
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.410	24.104
No final do semestre	88.068	261.190
Disponibilidades	3.529	7.915
Aplicações no mercado aberto	78.005	196.131
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.534	57.144
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(21.120)	(66.968)

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Concentração por tipo e prazo de vencimento

	2016			2015	
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 3 a 5 anos	Total	Total
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada					
Letras Financeiras Tesouro - LFT	78.005	-	4.878	82.883	69.002
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	125.129
Notas do Tesouro Nacional -NTN - B	-	-	-	-	2.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	570	5.964	-	6.534	65.365
Total	78.575	5.964	4.878	89.417	261.496

6 Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Para negociação

	2016			2015
	Até 3 meses	Valor mercado/ contábil	Valor custo atualizado	Valor mercado/ contábil
Títulos de capitalização	-	-	-	11
Total	-	-	-	11

	2016			2015		
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor custo atualizado	Valor custo atualizado
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	224	-	-	224	224	204
Letra financeira do tesouro - LFT	-	22662	40.677	63.339	63.339	45.516
Quotas de fundos de investimento	55.246	-	8.489	63.735	63.735	90.479
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	-	-	-	-	101.957
Total	55.470	22662	49.166	127.298	127.298	238.156

Em 30 de junho de 2016 as quotas de fundos de investimento, os títulos públicos federais e os títulos de capitalização estavam registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

O critério utilizado para marcação a mercado das aplicações em quotas de fundo de investimento é baseado no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo e o valor de mercado das letras financeiras do tesouro e das notas do tesouro nacional é apurado com base nos preços dos ativos negociados no mercado secundário, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada . pela CETIP S.A. - Mercados Organizados. As letras financeiras do tesouro e as notas do tesouro nacional são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira - Selic.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.527	17.258
Rendas de aplicação em CDB	2.146	5.230
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	3.727	5.060
Resultado de aplicação em NTN - notas do tesouro nacional	309	87
Resultado de aplicação em LTN - letras do tesouro nacional	231	1.228
Resultado de aplicação em LFT - letras financeiras do tesouro	3.872	2.422
Prejuízo com títulos de capitalização	(69)	(68)
Total	16.743	31.217

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos relativos a descasamentos de indexadores sobre seus instrumentos financeiros efetuou operações de “swap”.

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Financeira.

a. Posição das operações

Operações de Swap	2016			2015	
	Valor Referencial	Valor da Curva Ativo	Valor da Curva Passivo	Diferencial a pagar/receber	Diferencial a pagar/receber
CDI x IPCA	-	-	-	-	1
PTAX-V x VCP	151.238	174.021	173.477	544	2.448
CDI x PRE	158.860	173.609	172.472	1.137	870
Total	310.098	347.630	345.949	1.681	3.219

Operações de Opções	2016			2015	
	Valor Referencial	Valor Custo Total	Resultado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
IDI Flexível	233	338	337	1	72
Total	233	338	337	1	72

Operações de Futuro	2016			2015	
	Valor de Principal	Total	Ajuste Diário	Ajuste Diário	
Mercado Futuro -DOL	1.620	1.620	15	8	
Mercado Futuro -DI	247.132	247.132	125	-	
Total	248.752	248.752	140	8	

O swap CDI vs. IPCA foi contratado em negociação associada à operação de captação em CDI, liquidada em 26 de outubro de 2015. Essas operações foram contratadas com prazos iguais, com as mesmas contrapartes e não permite liquidações em separado ou antecipadas de suas operações associadas de acordo com a Circular 3.150/02. Em função destas características os swaps são considerados como operações de hedge.

Os valores a receber e a pagar de operações de swap e de opções estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, as operações de futuro são registradas na rubrica “Negociação e intermediação de valores” e os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

b. Diversificação por prazo de vencimento

	2016			2015
	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Operações de swap				
CDI ativo	-	-	-	2.337
IPCA - passivo	-	-	-	(2.336)
PTAX - V ativo	58.319	-	58.319	120.762
VCP - passivo	(58.047)	-	(58.047)	(119.538)
CDI - ativo	-	173.609	173.609	169.518
PRE - passivo	-	(172.472)	(172.472)	(168.748)
		115.		
PTAX - V ativo	-	115.702	115.702	120.040
VCP - passivo	-	(115.430)	(115.430)	(118.816)
Total	272	1.409	1.681	3.219
Operações de opções				
PRE2 - FCS IDI	-	1	1	72
Total	-	1	1	72

As operações de futuros e opções são registradas em contas de compensação pelo valor do principal. Essas operações são realizadas no âmbito da BM&F Bovespa S.A.

As operações de “swap” são registradas na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O valor das receitas e despesas líquidas, registradas estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Contratos de swap	(5.356)	6.758
Contratos futuros	21.045	(141)
Contratos de opções	(2.608)	(144)
Total	13.081	6.473

d. Instrumentos financeiros derivativos - Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BMF&Bovespa com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 13.694 (R\$ 204 em 2015).

8 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição das operações de créditos e títulos e créditos a receber

	2016	2015
Empréstimos - Setor privado	1.007.187	95.792
Operações de crédito vinculadas a cessão - empréstimos	32.420	45.919
Financiamentos - Setor privado	1.044.818	835.531
Operações de crédito vinculadas a cessão - financiamentos	630.662	513.164
Outros empréstimos - cartão de crédito	60.463	71.199
Outros financiamentos - cartão de crédito	17.724	29.663
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	33.462	30.768
Total	2.826.736	1.622.036

b. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por tipo de cliente e atividade econômica

	2016	2015
Industria	49	41
Comércio	164	65
Outros serviços	88.913	21.685
Pessoas físicas	2.737.610	1.600.245
Total	2.826.736	1.622.036

c. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por vencimento, considerando as parcelas dos contratos.

Faixas de vencimento	2016	2015
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	1.121.792	184.394
Créditos a vencer		
Até 3 meses	435.520	347.083
3 a 12 meses	735.902	588.101
1 a 3 anos	516.745	484.035
3 a 5 anos	1.777	18.423
Total	2.826.736	1.622.036

d. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 do CMN

2016					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	451.178	4.439	455.617	0,5	2.278
B	592.782	12.838	605.620	1	6.056
C	338.950	9.527	348.477	3	10.455
D	152.163	6.275	158.438	10	15.844
E	81.927	60	81.987	30	24.596
F	56.689	35	56.724	50	28.362
G	47.237	34	47.271	70	33.090
H	1.072.348	254	1.072.602	100	1.072.602
Total	2.793.274	33.462	2.826.736	-	1.193.283

2015					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	262.090	2.863	264.953	0,5	1.324
B	629.191	11.010	640.201	1	6.401
C	324.422	9.739	334.161	3	10.024
D	136.066	6.857	142.923	10	14.291
E	60.047	54	60.101	30	18.030
F	43.558	34	43.592	50	21.796
G	32.989	38	33.027	70	23.118
H	102.905	173	103.078	100	103.078
Total	1.591.268	30.768	1.622.036	-	198.062

(i) Contempla o saldo de cartão de crédito.

e. Aquisição de carteiras

No semestre findo em 30 de junho de 2016, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificadas como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, pelo custo de R\$ 791 milhões, resultando no reconhecimento de um deságio no montante de R\$ 27 milhões, dos quais foram realizados no exercício de 2015 R\$ 7 milhões e semestre de 2016 R\$ 7 milhões (nota 23), remanescendo o montante de R\$ 12 milhões (nota 14) a ser reconhecido conforme a expectativa de recebimentos dos créditos.

Adicionalmente, parte dessas aquisições geraram um custo de aquisição no montante de R\$ 284 milhões, dos quais foram amortizados no exercício de 2015 o montante de R\$ 6 milhões e R\$ 18 milhões no semestre, (nota 24), foi efetuada uma securitização de créditos, amortizando R\$ 497, remanescendo um saldo de R\$ 260 milhões (nota 9) a amortizar conforme a expectativa de recebimento dos créditos.

As carteiras adquiridas possuíam o montante de R\$819 milhões de créditos ativos e R\$ 4,983 bilhões de créditos em prejuízo, totalizando R\$ 5,802 bilhões. Adicionalmente, foram cedidas ao FIDC NP 1 carteiras de créditos ativas, pelo valor de aquisição no montante de R\$ 496

milhões, as quais foram classificadas como “operação com retenção substancial de riscos e benefícios”.

f. Resultado das operações de crédito

	2016	2015
Rendas de empréstimos	35.584	26.483
Rendas de financiamentos	224.315	200.277
Rendas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		
(i)	117.987	108.288
Resultado na cessão de operações de crédito (ii)	(565)	(692)
Resultado na securitização de crédito	-	(41.703)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	91.564	15.415
Outras rendas de cartão de crédito	12.663	14.032
Total	481.548	322.099

- (i) Refere-se ao resultado com operações de crédito vinculadas a cessão de acordo com a Resolução nº 3.533.
(ii) Refere-se ao resultado com operações de créditos cedidos antes da Resolução nº 3.533.

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo no início dos semestres	1.312.756	180.703
Constituição (i)	981.811	129.117
Reversão (ii)	(28.115)	(51.800)
Baixados para prejuízo	(1.073.169)	(59.958)
Saldo no fim dos semestres	1.193.283	198.062

- (i) A PCLD constituída no 1.º semestre esta representada pelas carteiras adquiridas na empresa Omni CFI no valor de R\$ 810.099 (R\$ 0 em 2015) (nota 8e) o qual não transitou pelo resultado e adicionalmente pelas operações originadas das empresas Omni Arrendamento Mercantil e Multibens no montante de R\$ 0 (R\$ 953 em 2015) e R\$ 1.437 (R\$ 9.273 em 2015) respectivamente registradas nas linhas “Operações de Arrendamento Mercantil” e “Outros Créditos Diversos”.
- (ii) A reversão da PCLD no montante de R\$ 55.908 (R\$ 68.251 em 2015) foi impactada pela baixa dos créditos para prejuízo nos Fidcs, pela recompra de créditos vencidos a mais de 360 dias e pela baixa de recebimentos de parcelas em prejuízo no montante de R\$ 27.793 (R\$ 18.286 em 2015) e reversão da empresa Omni Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 1.168 (R\$ 0 em 2015) registrada na linha “Operações de Arrendamento Mercantil”.

9 Operações de arrendamento mercantil

A carteira está representada pelas operações de leasing pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

a. Composição da carteira de arrendamento

	2016	2015
Arrendamento a receber - setor privado	8.563	7.000
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(8.346)	(6.774)
Imobilizado de arrendamento	25.679	13.711
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(11.862)	(6.627)
Valor presente da carteira de arrendamento mercantil	14.034	7.310

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Resolução 2.682/99. No semestre findo em 30 de junho de 2016 o grupo de arrendamento mercantil a receber ficou com o saldo credor em decorrência da provisão constituída e do valor residual antecipado.

b. Classificação por atividade

	2016	2015
Indústria	-	236
Comércio	139	91
Serviços	5.066	53
Pessoas físicas	8.789	6.930
Outros	40	-
Total	14.034	7.310

c. Diversificação por prazo

Setor privado	2016	2015
Vencidos a partir de 15 dias	785	629
A vencer até 90 dias	1.807	989
A vencer de 3 meses a 1 ano	4.976	2.463
A vencer de 1 a 5 anos	6.466	3.229
Total	14.034	7.310

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

d. Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99 em 30 de junho de 2016, estavam assim distribuídos:

	2016	2015
Saldo inicial	1.597	407
Constituição	1.730	954
Reversão	(805)	-
Baixados para prejuízo	(562)	-
Saldo no final	1.960	1.361

Informações complementares

	2016	2015
Montante de créditos renegociados no semestre	1.103	-

e. Composição por níveis de riscos

2016			
Nível de risco	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	4.109	0,5	21
B	1.765	1,0	18
C	2.050	3,0	62
D	4.388	10,0	439
E	238	30,0	71
F	97	50,0	48
G	287	70,0	201
H	1.100	100,0	1.100
Total	14.034		1.960

2015			
Nível de risco	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	801	0,5	4
B	1.390	1,0	14
C	1.788	3,0	54
D	1.602	10,0	160
E	441	30,0	132
F	368	50,0	184
G	360	70,0	252
H	560	100,0	560
Total	7.310		1.360

10 Outros créditos - Diversos

	2016	2015
Rendas de empréstimos	1.616	2.121
Adiantamento diversos	5.377	5.859
Créditos tributários de impostos e contribuições	173.641	11.732
Devedores por depósitos em garantia (i)	7.003	8.529
Impostos e contribuições a compensar (ii)	4.301	1.923
Impostos e contribuições a compensar (ii)	33.462	30.769
Devedores diversos - país (iii)	276.066	5.477
Devedores diversos - exterior	1.605	1.551
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	(1.376)	(1.335)
Total	501.695	170.626

- (i) Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais.
- (ii) Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

- (iii) Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos.

11 Outros valores e bens

a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2016 seus saldos totalizavam R\$ 2.845 (R\$10.164 em 2015).

b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a:

	2016	2015
Comissão s/ colocação dos FIDC's	7.425	10.758
Comissão s/ colocação DPGE	13	109
Comissão s/ colocação CDI	-	70
Comissão s/ colocação LC	6.783	7.979
Custos de origemação de operações de crédito	68.003	106.895
Consultoria estratégica	25.036	7.757
Outras	734	1.991
Total	107.994	135.559

As comissões são pagas pela intermediação de operações e são reconhecidas durante o tempo de duração dos contratos e seu valor de apropriação é calculado pelo método linear.

12 Imobilizado de arrendamento

	2016	2015
Veículos e afins	9.050	12.314
Máquinas e equipamentos	15.199	245
Subtotal	24.249	12.559
Superveniência de depreciação	9.437	5.603
Depreciações acumuladas	(8.007)	(4.451)
Subtotal	1.430	1.152
Total	25.679	13.711

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

13 Obrigações

a. Abertura por prazo de vencimento

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total 2016	Total 2015
Depósitos interfinanceiros	5.648	8.575	-	-	-	-	14.223	45.026
Depósitos a prazo	44.424	127.597	143.048	26.473	169.237	11.565	522.344	463.353
Recursos de aceites cambiais - letras de câmbio	77.275	272.151	471.290	105.982	32.908	22.889	982.495	719.590
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	-	-	83.412	83.412	69.724
Total	<u>127.347</u>	<u>408.323</u>	<u>614.338</u>	<u>132.455</u>	<u>202.145</u>	<u>117.866</u>	<u>1.602.474</u>	<u>1.297.693</u>

b. Despesas com operações de captação do mercado

	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	(1.707)	(4.652)
Depósitos a prazo	(44.009)	(40.780)
Despesas de operações compromissadas	(11)	(15)
Recursos de aceites cambiais	(76.787)	(51.120)
Custo cota sênior	(42.441)	(32.993)
Debêntures	(3.641)	-
Outras despesas de captação	(1.418)	(9.995)
Total	<u>(170.014)</u>	<u>(139.555)</u>

14 Obrigações por empréstimos

a. Obrigações por empréstimos no exterior

30/06/2015

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a)	Valor Original US\$	Total em R\$
Eurobonds (i) (ii)	28/10/2013	28/04/2015	US\$	8.75%	30.000	-

(i) Juros liquidados no vencimento

(ii) Principal liquidado no vencimento. Foi efetuada a emissão do “Global Medium - Term Note Programme” em 20 de agosto de 2013 e seu suplemento em 01 de outubro de 2013 com o objetivo de captação de recursos, estruturado pelo BES Investimento do Brasil S/A - Banco de Investimento, Cayman Branch. Não existem saldos em 30 de junho de 2016.

b. Resultado de obrigações por empréstimos

	<u>Semestres</u>	
	2016	2015
Variação cambial	-	(8.448)
Juros	-	(2.284)
Imposto de renda	-	(333)
Total	-	(11.065)

15 Outras obrigações - diversas

	2016	2015
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	4.390	13.296
Provisão para pagamentos a efetuar	3.206	2.890
Provisão para passivos contingentes (ii)	19.745	17.412
Credores diversos - país:		
Comissões a pagar (iii)	4.195	6.704
Credores a repassar (iv)	3.187	1.763
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa (v)	47.910	35.071
Outras contas a pagar	11.973	5.104
Outras obrigações	8.637	6.338
Total	<u>103.243</u>	<u>88.578</u>

- (i) Refere-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Res. nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato.
- (ii) A provisão para passivos contingentes está representada por ações cíveis e trabalhistas (Nota explicativa nº 16).
- (iii) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.
- (iv) Credores a repassar estão constituídos basicamente por créditos a serem repassados aos cessionários com os quais a Omni realiza operações de cessão de créditos.
- (v) Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões "private-label", referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

16 Provisão para passivos contingentes

a. Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

b. Movimentação das provisões

	2016			
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2016
Ações trabalhistas e cíveis (i)	17.588	6.227	(4.070)	19.745
Total	<u>17.588</u>	<u>6.227</u>	<u>(4.070)</u>	<u>19.745</u>

	2015			
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2015
Ações trabalhistas e cíveis (i)	17.010	4.656	(4.254)	17.412
Total	17.010	4.656	(4.254)	17.412

- (i) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

17 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social,	10.585	10.585	(18.204)	(18.204)
Adições	341.239	341.239	157.621	157.621
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	172.887	172.887	136.940	136.940
Provisão para perdas outros valores e bens	91	91	-	-
Provisão para contingências	6.227	6.227	4.656	4.656
Provisões Operacionais	18.491	18.491	3.181	3.181
Provisões Participação no resultado	700	700	598	598
Deságio na aquisição de carteiras	17.877	17.877	-	-
Recuperação de prejuízo fiscal	6.643	6.643	7.361	7.361
Participação em controladas/ligadas	2.072	2.072	409	409
Despesas não dedutíveis	305	305	357	357
Recuperação na Cessão de Crédito	-	-	3.682	3.682
Outras adições	115.946	115.946	437	437
Exclusões	(350.423)	(347.968)	(176.299)	(173.529)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(60.971)	(60.971)	(70.338)	(70.338)
Reversão de provisão para perdas outros valores e bens	(890)	(890)	(1.404)	(1.404)
Reversão de Provisões Operacionais	(18.526)	(18.526)	(1.910)	(1.910)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(91.564)	(91.564)	(15.415)	(15.415)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(149.816)	(149.816)	(24.185)	(24.185)
Reversão de provisão para contingências	(3.793)	(3.793)	(4.254)	(4.254)
Reversão de provisão de participação no resultado	(700)	(700)	(1.448)	(1.448)
Perdas na Cessão de Crédito	(4.971)	(4.971)	(42.750)	(42.750)
Resultado de equivalência patrimonial	(70)	(70)	(11.825)	(11.825)
Superveniência Depreciação	(2.455)	-	(2.770)	-
Impostos correntes	(2.958)	(1.198)	(2.862)	(1.179)
Ativo fiscal diferido	2.358	1.968	9.122	5.672

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social é de R\$ 164.088 (R\$ 222.718 em 2015) e está representado por 211.672.663 (220.926.362 em 2015) ações, sendo 186.862.543 ON (195.141.585 em 2015) e 24.810.120 PN (25.784.777 em 2015), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

19 Receita de Serviços

	2016	2015
Receita de avaliação e cadastro	31.631	27.809
Anuidade cartão de crédito	8.142	7.992
Comissão sobre compras cartão	4.136	4.066
Intermediação de seguros	1.477	686
Outras receitas	6.626	1.113
	<u>52.012</u>	<u>41.666</u>

20 Despesa de pessoal

	2016	2015
Remuneração	(10.066)	(10.529)
Encargos	(3.367)	(3.841)
Benefícios	(2.680)	(2.725)
Treinamento	(27)	(151)
Provisão/ (reversão) de PPR	105	(480)
	<u>(16.035)</u>	<u>(17.726)</u>

21 Outras despesas administrativas

	2016	2015
Despesas de alugueis	(2.892)	(2.789)
Comunicações	(3.285)	(2.139)
Processamento de dados	(5.121)	(3.074)
Promoções e relações públicas	(57)	(689)
Propaganda e publicidade	(179)	(1.156)
Seguros	(21)	(34)
Serviços do sistema financeiro	(7.758)	(7.266)
Serviços de terceiros (i)	(109.944)	(89.480)
Serviços técnicos especializados (ii)	(8.886)	(8.735)
Despesa de transporte	(346)	(468)
Reversão/despesa com despachante	(561)	155
Emolumentos judiciais e cartorários	(12.004)	(6.374)
Taxas e notificações	(2.415)	(2.685)
Juros e encargos adesão refis	(3.115)	(3.557)
Outras despesas administrativas	(6.670)	(4.374)
	<u>(163.254)</u>	<u>(132.665)</u>

(i) Composto, substancialmente, por comissões.

(ii) Composto, substancialmente, por gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

22 Despesas tributárias

	2016	2015
Despesa com COFINS	(13.107)	(11.832)
Despesa com ISS	(4.057)	(3.468)
Despesa com PIS	(2.185)	(1.970)
Outras	(157)	(90)
	<u>(19.506)</u>	<u>(17.360)</u>

23 Outras receitas operacionais

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	2.231	1.791
Atualização de impostos à compensar	306	4
Ações com perdas e danos	-	4.058
Reversão de provisões operacionais	852	-
Desagio na aquisição de carteira	7.461	-
Outras rendas operacionais	1.306	1.426
	<u>12.156</u>	<u>7.279</u>

24 Outras despesas operacionais

	2016	2015
Descontos concedidos	(46.956)	(11.340)
Perdas em ações de perdas e danos	(8.737)	(15.982)
Perdas com fraudes	(225)	(1.343)
Custo na aquisição de carteiras	(18.515)	-
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(1.466)	(824)
Outras despesas operacionais	(3.285)	(1.453)
	<u>(79.184)</u>	<u>(30.942)</u>

25 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 2.222 (R\$ 2.071 em 2015).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b. Saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 298.672 (R\$ 218.262 em 2015), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% à 148% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

26 Indicadores de risco (Basiléia) e limites operacionais

	2016	2015
Patrimônio de referência	330.265	301.113
Patrimônio de referência nível I	330.265	301.113
Capital Principal - CP	246.853	231.389
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	83.412	69.724
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	330.265	301.113
Patrimônio de referência (a)	330.265	301.113
RWAcpad - crédito	182.788	164.681
RWAopad - operacional	53.239	37.428
Patrimônio de referência exigido (b)	236.027	202.109
Margem (a- b)	94.238	99.004
Rban - Juros carteira não negociável (c)	16.563	10.743
Margem (a- c)	313.702	290.370
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (d)	2.390.145	1.837.356
Índice de Basiléia (a/d)	13,82%	16,39%

A partir de 1º de janeiro de 2016, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 9,875% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basiléia aplica-se às instituições integrantes do conglomerado prudencial.

27 Outras informações

a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito

O Conglomerado Econômico Financeiro da Omni, atendendo às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional N°s 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 e suas alterações, possui estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacional, Mercado e Crédito, respectivamente,

segregada das áreas de negócio e auditoria interna, bem como estão capacitadas a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

Todas as estruturas de Gerenciamento de Riscos são direcionadas para avaliação dos riscos de todas as linhas de negócio do seu Conglomerado Econômico Financeiro, bem como todos os produtos oferecidos, pautadas em políticas e procedimentos documentados.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, a OMNI adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme disposições do Art. 5º da Circular n.º 3.383, de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, sendo que o Conglomerado possui estrutura de capital suficientemente robusto para comportar sem maiores dificuldades a incorporação desta metodologia.

Um melhor detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos e está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.omni.com.br (não auditado).

b. Eventos subsequentes

Aquisição ações Banco Pecúnia S/A.

A Omni S.A. - Crédito Financiamento e Investimento em 18 de fevereiro de 2016, assinou um contrato de compra e venda para aquisição de 100% das ações do Banco Pecúnia S.A detidas pelo Banco Société Générale Brasil S.A. Em 03 de maio de 2017 o Banco Central por meio do Ofício 8008/2017, aprovou a transferência do controle acionário do Banco Pecúnia S/A. para a Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimentos a opera o foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017.

A administra o da Institui o declara que não tem conhecimento de outros eventos subsequentes que tenham efeitos relevantes nas informaçoes financeiras do semestre de 30 de Junho de 2016.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0